

**A ESPETACULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MORAL DOS COLÉGIOS
MILITARES**

**THE SPECTACULARIZATION OF THE MORAL EDUCATION IN THE
MILITARY HIGH SCHOOLS**

Veralúcia Pinheiro
(Universidade Estadual de Goiás / MIELT)

RESUMO: Refletimos nesse artigo fatos relacionados com a histórica participação dos militares na vida política e cultural de nosso país, os quais podem nos fornecer elementos para compreender os atuais processos de militarização das escolas públicas no Estado de Goiás. A forte tradição positivista, o apego às normas, a hierarquia e as rígidas disciplinas que justificavam e orientavam a existência da burocracia militar brasileira no início do século XX buscou legitimar-se a partir da inserção em campanhas educacionais pelo fim do analfabetismo e difusão da escola pública. Hoje, no Estado de Goiás, utilizando-se de amplo apoio dos meios de comunicação de massa, a Polícia Militar vem assumindo a direção de escolas públicas de educação básica tendo como justificativa principal o combate à violência nas escolas a partir dos mesmos pressupostos que desde a Primeira República orientou essa corporação.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Públicas. Espetacularização. Militarização. Positivismo.

ABSTRACT: We reflected in this text about facts related to the historical involvement of the military in political and cultural life in our country, which can supply to us elements to understand the current processes concerning a militarization of public schools, in the State of Goiás. The intense positivist tradition, the adherence to the rules, the hierarchy and rigid disciplines justified and guided the existence of the Brazilian military bureaucracy in the early twentieth century sought to legitimize it through the insertion in educational campaigns for the end of illiteracy and school public diffusion. Today, in state of Goiás, using a wide support of the mass media, the Military Police has been assuming the direction of public schools in basic education with the main justification that combat violence in schools, based on the same suppositions as since the First Republic has guided this corporation.

KEYWORDS: Public Schools. Spectacularization. Militarization. Positivism.

INTRODUÇÃO

O termo “sociedade do espetáculo” foi cunhado pelo filósofo Guy Debord, cuja obra foi publicada pela primeira vez em 1967. Nesse artigo, nos inspiramos em suas críticas para refletir sobre a educação moral implantada nos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMGs), os quais contam com apoio dos meios de comunicação que os apresentam em geral

como detentores de uma educação moral “superior” em contraposição às demais instituições de ensino que, por não contarem com a exemplar gestão dos militares, permanecem mergulhados em situações de violências e vandalismos.

As reflexões que desenvolvemos neste artigo, decorrem da pesquisa que desenvolvemos sobre o significado social e político da gestão das escolas públicas em Goiás pela Polícia Militar. Tal pesquisa nos permitiu compreender que, embora a multiplicação das escolas geridas pelos militares em Goiás seja um fenômeno recente, a influência dessa corporação na vida política e também educacional em nosso país é antiga, tendo sido marcante na Primeira República com a participação dos militares nas campanhas contra o analfabetismo.

Partimos do pressuposto de que, se a civilidade, a solidariedade e o respeito às diferenças fazem parte do processo de socialização dos indivíduos e grupos, a barbárie também se ensina. E, no mundo contemporâneo, os exemplos mais nítidos desse ensinamento é o culto à pedagogia do fetichismo do dinheiro que se desenvolve lado a lado com diferentes modalidades de competição. Tal espírito competitivo tem invadido as escolas, as quais procuram desenvolver em seus alunos o gosto pela competição em relação aos esportes, as notas e, mais recentemente, até mesmo competições vinculadas à beleza física dos estudantes. Reproduzem-se dessa forma, no interior da escola, os mesmos valores do mercado por meio da reverência aos padrões de beleza, em detrimento de outros valores, instituindo para tanto, prêmios, presentes, medalhas como se esse fosse seu legítimo papel.

O positivismo, os militares e a educação no Brasil

Os militares no Brasil são herdeiros da tradição positivista, posto que as escolas Politécnica e Militar, onde se ensinavam Ciências da Engenharia e Matemáticas desde a metade do século XIX, foram as primeiras a se inspirarem nas ideias de August Comte. Segundo Holanda (1978), os adeptos do positivismo acreditavam que o mundo acabaria irrevogavelmente por aceitar suas ideias, já que eram racionais e perfeitas, não podendo, portanto, ser colocadas em dúvida e se impondo obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e de bom senso.

Defendiam obstinadamente a verdade de seus princípios e, desse modo, acreditavam que o futuro os julgaria, e aos seus contemporâneos, segundo a conduta que adotassem, individual e coletivamente, com relação a tais princípios. Convictos de suas ideias chegaram a

formar a aristocracia do pensamento brasileiro, atuando como conselheiros de alguns governantes.

Benjamim Constant Botelho de Magalhães foi muitas vezes considerado fundador de nossa República, além de militar, segundo Torres (1957), foi um grande professor, tendo influenciado a formação de um primeiro núcleo sistemático de positivistas no Brasil, entre os jovens cadetes. A partir do ideário de “amor à humanidade”, seus alunos da Escola Militar tornaram-se abolicionistas e antimonarquistas. Eles o viam como um modelo moral a ser seguido e um exemplo de homem da ciência. Nos últimos anos do Império, essa instituição era totalmente positivista.

No final do século XIX a emergência da indústria brasileira apontava para a importância da escola, com seus ritos e práticas. O corpo, a disciplina e a higiene deveriam constituir-se como elementos importantes no processo de formulação de uma cultura escolar voltada para o trabalho, até então desconhecida. Porém, não foram os industriais que assumiram a função dirigente, conforme havia previsto Comte. No Brasil, tal função foi assumida pelos militares.

De acordo com a pesquisa de Cunha (2014), o Positivismo agregou um conjunto de ideias que orientou a luta dos militares, principalmente do Exército, pela conquista de uma função dirigente no Estado e na sociedade, a partir do fim da guerra da tríplice aliança. Forneceu também a base de entendimento da regeneração moral da sociedade imperial, cujos valores decadentes seriam substituídos por valores positivos, inculcados por uma ditadura republicana. Para o autor, mesmo quando perdeu a hegemonia nos meios militares, as raízes positivistas continuaram espalhadas em seu interior, inclusive a ideia da regeneração social.

Assim, quando o movimento católico leigo passou a atuar no Exército, ele reencontrou a antiga vertente, embora mais social do que individual. Entre católicos e positivistas existia em comum a ideia de que a crise da sociedade residia no egoísmo da elite e na ignorância do povo. A regeneração da sociedade passava, então, para ambos os protagonistas do pensamento político conservador, por uma educação pautada pela busca do bem comum, mediante o altruísmo, para os positivistas; e a caridade, para os católicos.

O processo educacional deveria então, na concepção dos positivistas deste período, resolver o problema moral, evitando as tensões sociais que aterrorizaram a Europa nos eventos da Comuna de Paris (1871), compreendidos como fruto de uma anarquia moral e social. Para Silva (2004), no início da República no Brasil, os positivistas priorizavam a formação da moral e do caráter, mesmo defendendo que tal responsabilidade era da família,

especialmente da mulher que deveria dedicar-se desde os primeiros anos da criança a valorizar suas manifestações de altruísmo.

O desencadeamento da Primeira Guerra Mundial provocou no Brasil a eclosão de um surto de nacionalismo, que dentre outras consequências levou ao aceleração da industrialização. Na medida em que as dificuldades de importação de produtos manufaturados apontaram para a necessidade de intensificar e diversificar a produção industrial para atender a demanda interna, o estado precisou estimular e fortalecer o grupo industrial-urbano, ampliando sua capacidade de luta pela hegemonia política (PAIVA, 2003, p. 47). Desse modo, com o nacionalismo dos anos 10 do século XX, emergiu os ideais republicanos e democráticos, que se vinculavam aos anseios de universalização do ensino elementar e de ampliação das oportunidades educacionais para a população.

Portanto, foi no contexto do nacionalismo que a educação, no âmbito do discurso, se transformou em causa de todos os problemas do país. Nos anos 1920, surge a luta em favor do ensino primário integral, dirigido pelos setores dominantes da sociedade; porém, no bojo desse movimento emerge também novas forças sociais como o proletariado urbano e a classe média. Tais contradições serviram de fermento para a formação das Ligas nacionalistas, cuja pauta principal era a luta contra o analfabetismo.

A explicação para o envolvimento dos militares com as “Ligas”, segundo Carone (1970), estaria relacionada com a posição histórica dos militares em favor da industrialização. Além disso, com o fim do florianismo, a corporação se encontrava fora do poder; por isso, a aliança com a burguesia representava tanto o projeto dos próprios militares de retorno ao poder estatal quanto a necessidade da burguesia de assumir o comando político e, desse modo, se consolidar economicamente.

Porém, à frente desse movimento liderado pela burguesia que tentava diminuir a distância entre militares e civis por meio do cumprimento do serviço militar obrigatório, encontrava-se Olavo Bilac, cujo *status* de intelectual o elevou a condição de formulador das ideias defendidas pelos movimentos nacionalistas, que incluíam a reivindicação de expansão da educação pública.

No plano das ideias, tais reivindicações diziam respeito ao Brasil, porém o foco destes movimentos era a cidade de São Paulo. Lá estava a burguesia emergente, incentivando a cultura e ao mesmo tempo buscando controlar os movimentos sociais e, desse modo, impedir os trabalhadores de assumir suas próprias lutas, pois, embora à frente de ideais positivistas e, portanto, em favor do progresso como a expansão do ensino, tanto a burguesia quanto os militares defendiam uma modernização conservadora. Neste contexto, de acordo com Paiva

(2003, p. 106), em 1915, foi criada a Liga de Defesa Nacional, fruto da aliança entre o nacionalismo industrialista e os militares, visando a combater o anarquismo, os comícios e as greves.

No início da década de 1960, formou-se na Escola Superior de Guerra uma corrente de pensamento que propunha a inclusão dos valores morais e espirituais entre os Objetivos Nacionais Permanentes. Segundo Cunha (2014), o general Moacir Araújo Lopes liderou essa corrente e também presidiu uma comissão no Ministério da Educação responsável pela inclusão da Educação Moral e Cívica na grade curricular. Para o autor, a ideia subjacente era a necessidade de se enfrentar o fenômeno que os governantes consideravam como o maior desafio de século XX, ou seja, proteger as tradições democráticas e cristãs do materialismo marxista. Para combater as ideias comunistas seria, portanto, necessário a implantação da disciplina Educação Moral e Cívica¹.

A pesquisa de Alves (2010) sobre “Exército e cultura escolar no Brasil” aponta para um processo de interpenetração entre cultura escolar e cultura militar desde o século XIX. A autora identificou um significativo número de anúncios de venda de uniformes de estilo militar nos grandes jornais do Rio de Janeiro ao final do século XIX. Estes anúncios nos mostram que uma concepção de escola, destinada a civilizar e disciplinar, se incorporava, por meio dos uniformes, mas também em outras práticas e normas, aspectos da cultura militar como parte dos dispositivos pedagógicos a serem acionados em sua ação educadora.

De forma semelhante, os uniformes de estilo militar nos CPMGs são considerados “um diferencial pedagógico”. O *site* do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, esclarece:

[...] nosso Colégio possui uma estrutura diferente dos demais colégios da rede pública ou particular, seguindo os mesmos procedimentos dos colégios militares brasileiros, sem, com isso, modificar os planos curriculares estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação em Goiás. [...] O uniforme caracteriza a instituição perante a sociedade, através do aluno. (p. 01).

Subjaz à participação da burocracia militar no campo da educação, tanto no passado quanto no presente, a necessidade de obter legitimidade. Como diz Tragtenberg (2012), toda burocracia é acima de tudo uma categoria histórica, inserida num processo em que a história se constitui como a história dos modos de produção. No capitalismo as estruturas burocráticas

¹ O Decreto-Lei nº 862 de 12 setembro de 1969, determinou a inserção obrigatória da disciplina Educação Moral e Cívica, nos currículos de todos os níveis e modalidades de ensino no país, tanto público quanto privado.

existem para a realização dos objetivos de seu respectivo modo de produção. Segundo o autor, a burocracia dominante funda-se na ocultação de suas intenções, cultiva ao máximo o segredo do cargo. Isso constitui o sintoma da intenção de afirmar-se no poder, daí a importância da legitimação da dominação. A burocracia em geral, e a militar em especial, tendem a considerar seu poder como fruto do mérito e a contestação dos outros, como fruto da culpabilidade.

Em pesquisa sobre a elite fardada, Mathias (2003), conclui que a construção do aparato estatal no Brasil dependeu dos militares. Os motivos para isso, além da formação da elite civil ser falha, a origem da Força Armada brasileira é burocrática – são socializados para o exercício burocrático mais que para o bélico –, aumentando sua capacidade de elaborar projetos para o país. É por isso que, em períodos de crise do sistema político, há um aumento da presença militar na administração pública, pois esse é um modo de o próprio sistema se manter. Nesse sentido, os argumentos sobre a crise geral e disciplinar das escolas públicas demandaria a intervenção dos militares.

Se durante os anos da ditadura militar, a preocupação com a educação moral teve como pressuposto o combate às ideias subversivas, tal educação agora se justifica diante da necessidade de se contornar os problemas relacionados com a violência e a indisciplina. Este argumento se desenvolve em sintonia com os meios de comunicação, os quais insistem em difundir a ideia de que vivemos uma “onda de violência”, inédita em nossa história.

Para combater tal onda de violência, segundo um segmento de juristas, jornalistas e políticos ávidos em garantir a ordem burguesa, seriam necessárias medidas relacionadas com a redução da menoridade penal, maior rigor da legislação, incluindo a possibilidade de adoção da pena de morte, dentre outras. Todavia, nos contrapomos a essa análise sobre a violência que naturaliza e privilegia o indivíduo; e, tal como apontaram Marx e Engels (2007, p. 538), consideramos que “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”.

Ao vincular a problemática da violência na escola à totalidade das relações sociais, nos propomos a refletir sobre nossa estrutura de organização social e as formas como o Estado no Brasil, ao longo de nossa história, enfrentou as expressões da questão social, em especial aquelas que se relacionam com a educação escolar, tais como o analfabetismo e a própria violência.

Para Poulantzas (1985), a monopolização legítima da violência pelo Estado ainda é o elemento determinante do poder, mesmo quando essa violência não é exercida direta e abertamente. Essa monopolização está na base das novas formas de luta sob o capitalismo, às

quais corresponde o papel dos dispositivos de organização e consentimento, pois poder e luta se atraem e se condicionam mutuamente. O Estado, desse modo, concentra a violência em seus corpos especializados, enquanto esta, cada vez mais, é insuficiente para a reprodução do domínio. Os mecanismos de organização do consentimento instalam-se nos postos avançados do poder: é o reino da lei capitalista que designa este lugar aos mecanismos de consentimento, inclusive sob a forma de inculcação ideológica, na mesma medida em que encobre a monopolização da força física pelo Estado.

Nesse contexto, a repressão nunca é pura negatividade e tampouco se esgota no exercício efetivo da violência física ou em sua interiorização. Há na repressão os mecanismos do medo, materiais e nada subjetivados, aos quais Poulantzas (op.cit) chamou teatralidade do Estado moderno, verdadeiro Castelo de Kafka. Seria uma espécie de teatralidade inscrita na lei moderna, nos dédalos e labirintos onde essa lei se materializa. Para o autor, a lei detém em nossas sociedades ocidentais um papel importante (positivo e negativo) no que se refere à organização da repressão à qual não se limita; é igualmente eficaz nos dispositivos de criação do consentimento. Materializa a ideologia dominante que aí intervém mesmo que não esgote as razões do consentimento.

A lei-regra, por meio de sua discursividade e textura, oculta as realidades político-econômicas, comporta lacunas estruturais, transpõe essas realidades para a cena política por meio de um mecanismo próprio de ocultação-inversão. Traduz, assim, a representação imaginária da sociedade e do poder da classe dominante. A lei é, sob esse aspecto, e paralelamente, o seu lugar no dispositivo repressivo, um dos fatores importantes da organização do consentimento das classes dominadas, embora a legitimidade não se identifique nem se limite à legalidade. Para Pinheiro (2013), as classes dominadas encontram na lei uma barreira de acesso à riqueza socialmente produzida e igualmente a designação do lugar que devem ocupar, o qual é, também, lugar de inserção na rede político-social, criadora de deveres-obrigações e também de direitos, lugar cuja posse imaginária tem consequências reais sobre os sujeitos.

Por outro lado, em defesa da ordem burguesa, a obra “A educação moral”, do sociólogo Émile Durkheim, desenvolve argumentos em favor da importância da moral e da disciplina no processo de integração dos indivíduos e de preservação da própria estrutura social. Para o autor, moral é uma forma de “agir em conformidade com uma norma, que determina a conduta a ser seguida antes mesmo que tomemos partido acerca do que devemos fazer. A moral é um sistema de regras que predeterminam a conduta.” (DURKHEIM, 2008, p. 39). Nesse sentido, a sociedade moderna deve adotar uma educação laica, racionalista; porém,

ao mesmo tempo, essa educação precisaria buscar no próprio seio das concepções religiosas, as realidades morais que ali estão perdidas e dissimuladas; seria necessário, portanto, decantá-las, descobrir em que consistem, determinar sua própria natureza e exprimi-la em uma linguagem racional.

A partir de sua concepção positivista, Durkheim (2008, p.34), valoriza a educação escolar e afirma que ao contrário da opinião muito difundida de que a educação moral deveria competir à família, ele defende que o papel da escola é, e deve ser, da mais alta importância. Segundo o autor, a parte mais elevada da cultura só pode ser transmitida na escola porque, se a família pode muito bem despertar e consolidar os sentimentos domésticos necessários à moral e mesmo, mais genericamente, aqueles que estão na base das relações privadas mais simples, ela, contudo, não está apta de modo a formar a criança tendo em vista a vida em sociedade.

Durkheim (op. cit) defende que o primeiro elemento da moralidade é o espírito de disciplina e explica que existe uma característica comum a todas as ações que normalmente chamamos morais, que é o fato de que estas se dão segundo regras preestabelecidas. Contudo, isso não significa, segundo o autor, ausência total de questionamentos; posto que a consciência frequentemente se embaraça e hesita entre partidos contrários. No entanto, o que é passível de questionamentos é qual a regra particular que se aplica a uma dada situação e como ela deve ser aplicada.

Já os positivistas no Brasil, ligados ao nacionalismo, desde as primeiras décadas do século XX defenderam a ampliação das oportunidades de instrução profissional. Porém, no interior do próprio movimento desencadeado pelos nacionalistas existiam também aqueles que se mostravam preocupados com a migração rural-urbano e com os efeitos da alfabetização sobre a estabilidade das instituições, confirmando desse modo a importância da manutenção da ordem para o projeto político dos positivistas.

Os nacionalistas brasileiros deste período fizeram parte da aliança entre a burguesia industrial e os militares e, embora voltados para a superação do analfabetismo, mantinham a perspectiva conservadora acerca da submissão das camadas dominadas. Desse modo, em 1915 fundaram a “Liga de Defesa Nacional”, representando as lutas contra o anarquismo e contra as greves, provocadas, segundo a elite, por elementos estrangeiros. Daí a necessidade de aumentar a quantidade de Escolas Regimentais, difundir e nacionalizar o ensino. Também vinculada à mobilização militar, conforme Paiva (2003) foi criada no Clube Militar do Rio de Janeiro, em 1915, a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, cujos estatutos defendiam a centralidade da educação moral e cívica nas escolas nacionais. Já a Liga Nacionalista de São

Paulo tinha como principal preocupação a difusão do ensino no combate a aristocracia agrária. Em contrapartida, esta “aristocracia” mostrava-se preocupada apenas com a “educação moral” da classe proletária e manifestava-se contrária ao ensino obrigatório.

Nas primeiras décadas do século XX, as mobilizações e alianças da burguesia com os militares em prol da educação estavam ligadas às tentativas de recomposição do poder político por meio da ampliação do número de votantes e de discursos sobre a importância de uma educação de “qualidade”, cuja base era a disciplina, aliada a lições de civismo. No entanto, em uma sociedade marcada pela desigualdade, persistem interesses contraditórios que refletem a posição que os indivíduos e grupos ocupam na esfera social. No início do século XX as Ligas, os políticos e os militares defenderam seus interesses e visões de mundo a partir dos movimentos organizados em torno da expansão da educação pública.

Hoje, em Goiás, ainda resta investigar os interesse que subjazem a multiplicação das escolas militares em nosso Estado, considerando que a defesa da educação moral e da disciplina historicamente teve por objetivo a construção de indivíduos obedientes, dispostos a se manterem distantes de qualquer perspectiva de se constituírem como sujeitos de sua história, por meio de suas próprias organizações.

De modo que, nossa opção pelo método dialético, nos leva a questionar os valores e interesses inerentes ao modelo de educação implantado nos CPMGs. Para Viana (2007, p. 93), a qualidade não pode ser “medida”, são os valores que determinam o que se considera de “qualidade” ou os desvalores que determinam o que se considera “sem qualidade”. Por isso, embora as regras dos CPMGs sejam rígidas e os hábitos conservadores, estas instituições estão integradas à ordem dominante e expressam seus valores.

Os CPMGS nos meios de comunicação

A centralidade da questão moral para os dirigentes dos Colégios Militares do Estado de Goiás pode ser observada nos chamados “diferenciais pedagógicos” tais como uso de uniforme e disciplina rígida transformados em espetáculo pelos meios de comunicação mediante a utilização de um discurso de combate à violência e ênfase na excepcional qualidade destas instituições. Mas, para Debord (2013, p. 28),

[...] a tão evidente perda da qualidade, em todos os níveis, dos objetos que a linguagem espetacular utiliza e das atitudes que ela ordena apenas traduz o caráter fundamental da produção real que afasta a realidade: sob todos os pontos de vista, a forma-mercadoria é a igualdade confrontada consigo

mesmo, a categoria do quantitativo. Ela desenvolve o quantitativo e só pode se desenvolver nele.

O CPMG Hugo de Carvalho Ramos disponibilizou em seu *site*, na internet, quatro regulamentos: uniforme, disciplinar, interno e continência. O Regulamento Disciplinar, em seu capítulo II, Art. 9º, expõe o que considera como “transgressões disciplinares”: “quaisquer violações dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos alunos, em função do sistema de ensino peculiar ao CPMG”. Desse modo, o próprio regimento classifica neste mesmo artigo, nos itens 13 e 14, que “usar óculos com lentes ou armações de cores esdrúxulas, mesmo sendo de grau, boné, tiaras, ligas coloridas ou outros adornos, quando uniformizados; e, dobrar short ou camiseta de Educação Física para diminuir seu tamanho, desfigurando sua originalidade”, constitui-se “transgressão de natureza Leve”.

O Jornal “Bom dia Brasil”, em sua versão *online*, de 22 de agosto de 2012, publicou uma matéria intitulada: “Escolas militares se destacam entre as 30 melhores do país no IDEB”. Com o intuito de mostrar o rigor com a disciplina, essa matéria apresentou trechos da entrevista com uma aluna do CPMG Dr. Cezar Toledo, de Anápolis, a qual afirma que “não pode ser esmalte escuro, tem que ser cores discretas, a maquiagem tem que ser discreta”. A aluna complementa dizendo que: “no começo não gostava de usar farda. Mas acaba gostando. Se não tiver regra, não vai ser um colégio com disciplina”.

As rígidas regras do CPMG Dr. Cezar Toledo, no entanto, não o impedem de aderir aos apelos da sociedade do espetáculo. As imagens expostas em seu *site*, em abril de 2014, contradiz o costumeiro rigor com o uso de uniformes, mesmo em momentos festivos. No “VII Concurso de Beleza”, em 2014, especialmente as meninas trocaram os sisudos uniformes por roupas da moda que mostram a juventude e a beleza de seus corpos. A divulgação do evento na internet ressaltou o espírito competitivo e o amplo apoio de setores importantes da sociedade:

Houve a participação de oitenta e sete candidatos disputando nas seguintes categorias: garota-mirim, com estudantes do Ensino Fundamental, indo cinco garotas para a final, Na disputa entre as alunas do Ensino Médio, dez das trinta e sete ficaram entre as finalistas e no masculino, também dez candidatos concorrerão ao título que será decidido na noite do dia 29 de abril.

Compôs o corpo de jurados a Miss Anápolis, Ana Bárbara, o presidente da By Model, [...] o cabelereiro e maquiador do Spazzio Cabeleireiros [...], a articuladora do Desporto Educacional, Kárita Cordeiro e o assistente By Model, Elisvaldo Lopes.

As contradições internas marcam a sociedade e o campo da educação em geral, e os CPMGs em específico. Embora o conhecimento não produza valor, o capital precisa dele para desenvolver as forças produtivas. Por isso, vale tudo para alcançar a total integração dos alunos ao mundo da mercadoria e do consumo, inclusive reproduzir literalmente os valores de uma sociedade mediatizada por imagens, e assim como ressaltou Debord (2003, p. 9), “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”.

Os CPMGs em geral dão muito importância à propaganda. As “conquistas” dos alunos nas competições esportivas, nos órgãos oficiais de Avaliação como ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), são entusiasticamente divulgadas na imprensa e também nos *sites* dos próprios colégios. Essa preocupação com os meios de comunicação se insere na lógica definida por Debord (1997), e significa que o espetáculo nada mais é do que o discurso contínuo que a ordem vigente faz sobre si mesma, de forma elogiosa. Seria assim, uma espécie de auto-retrato do poder durante sua gestão totalitária das condições de existência. Mas, essas relações espetaculares possuem uma aparência fetichista, cuja objetividade esconde a essência da relação entre homens e entre classes.

A transferência para a gestão da Polícia Militar das escolas públicas é sempre acompanhada pelos meios de comunicação de massa, cujas notícias destacam a “qualidade excepcional” dos Colégios dirigidos pela Polícia Militar. A gestão desta sociedade, e todo contato entre os indivíduos, já não podem ser exercidos se não for por meio do fugaz poder da comunicação, cuja essência é unilateral. Não existe nessas ações nenhuma neutralidade, tampouco a necessidade de controlar a onda de violência que invade as escolas sintetiza ou explica a criação dos CPMGs. Tal transferência atende, na realidade, as necessidades do Estado moderno, o qual não existe, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, sem o espetáculo.

Estado moderno e sociedade precisam tanto do espetáculo quanto do controle. Para Passeti (2003), vivemos em um tempo que investe em fluxos inteligentes para os quais as partes devem estar disponibilizadas para a produção e para a participação política controlada dentro dos limites impostos pela democracia burguesa. Disciplina e controle de fluxos inteligentes caracterizam a época atual, em que se imagina poder vigiar a todos pelos meios eletrônicos, como a televisão, as câmeras, os bancos de dados da internet. Investe-se no “corpo” como forma de governar a vida dos indivíduos.

Nesse contexto, tanto as empresas que atuam no campo da educação quanto os órgãos do Estado, responsáveis por esse setor, buscam adequar-se as prerrogativas do mercado e, para isso, livram-se das heranças do pensamento crítico e abarcam, ao mesmo tempo, em seu universo, manuais de autoajudas, currículos flexíveis a serviço do capital, além de assumir um comportamento competitivo e anti-solidário. A palavra de ordem é a "cidadania"; mas, semelhante ao que ocorre no mundo do trabalho, nestas instituições a liberdade é vigiada e controlada por sinopses, em que prevalece a televisão, as sondagens, os programas de computação e a Internet.

Nos CPMGs a vigilância é mais aprimorada, conta para isso com um aparato militar em seu interior, enquanto que nas escolas públicas geridas por professores, sem a presença física da Polícia Militar, a vigilância é mais amena. Em 2012, Cecília Preda escreveu no *site* do jornal goiano "Diário da Manhã" uma reportagem sobre o bom desempenho dos colégios da Polícia Militar em nosso Estado. Em busca de explicação para este desempenho, a jornalista entrevistou a coordenadora pedagógica do Colégio da Polícia Militar Dr. César Toledo, em Anápolis, Valceni Aparecida, a qual declarou que:

Um dos pontos fortes do Colégio Dr. César Toledo é a seriedade dos profissionais e a cobrança pela disciplina dos alunos. Ela explica que toda a equipe do colégio está empenhada em trabalhar para que os alunos aprendam. "Aqui os funcionários vestem a camiseta da educação. Os militares também fazem ronda pelos corredores para auxiliar o trabalho dos educadores e cobrar a disciplina dos estudantes". (PREDA, 2012, p. 1)

A fala da professora, reproduzida pela jornalista, nos faz lembrar que a base da obediência às normas na empresa capitalista é a disciplina racional, entendida como a realização sem crítica de uma ordem recebida. Seus capatazes diplomados, executivos, inculcam a obediência tendo em vista uma subordinação disciplinada. Nas empresas, o adestramento da mão de obra se dá, em geral, pela prática, cumprindo regulamentos internos. Todavia, essa subordinação pode ser imposta pela inculcação ideológica; a motivação ao trabalho pode aparecer fundada em motivos éticos, dever, que se apresentam de forma apologética em favor da causa da organização, ou apelo à lealdade organizacional; enfim, por diferentes formas de extração de mais valia. Segundo Tragtenberg (2012), as conexões entre a disciplina militar e fabril são inegáveis e uma precede a outra. Decorre daí a conclusão de que a disciplina militar foi o padrão ideal, tanto das antigas plantações como das empresas industriais capitalistas modernas.

No mundo da escola, a “administração escolar”, sustentada pelas teorias desenvolvidas especialmente por Taylor ou pelos sistêmicos, busca fundamentalmente reproduzir o modo de produção dominante a cada época. Assim, enquanto no modelo escolar dos jesuítas privilegiava-se uma formação literária em que a obediência e a submissão se institucionalizaram por meio da *ratio studiorum*, após a Revolução Industrial, com a introdução da técnica em todos os níveis da sociedade, tanto a centralidade das letras no currículo quanto à seletividade do ensino são deixados de lado e “a escola passa a ser a fábrica dos produtores e consumidores” (TRAGTENBERG, 2012, p. 68), de modo que, inserida na totalidade da realidade social, a escola procura definir um determinado tipo de homem a ser produzido e reproduzido.

O perfil de indivíduo que os CPMGs buscam produzir é o homem apto a se integrar de maneira obediente e sem questionamentos. Daí a ampla divulgação acerca do bom desempenho de seus alunos nas avaliações realizadas pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e nos vestibulares. Em 2014, o CPMG Dr. Cesar Toledo, de Anápolis, publicou em seu *site* uma notícia com o título: “Colégio Militar – Dr. Cesar Toledo tem aprovação recorde em vestibulares”, seguida pelo seguinte texto:

Victor da Silva Batista foi aluno do CPMG-unidade Dr. Cesar Toledo desde dois mil e nove. Estudante dedicado e focado nas metas a serem alcançadas, encontrou nessa escola meios de realizar o sonho de ser médico e ainda foi aprovado na Escola de Especialista da Aeronáutica-EEAR e em Engenharia Civil. Ele teve que vencer muitos obstáculos e recebeu o suporte necessário para dedicar-se à conquista dos seus objetivos e disputar em condições de igualdade com estudantes do Brasil inteiro uma vaga no disputadíssimo vestibular de Medicina na Universidade Federal de Mato Grosso. [...] ele acredita que o grande diferencial do colégio com os outros por onde passou foi o nível dos professores e o compromisso deles em ensinar, além da estrutura oferecida surpreendentemente por uma instituição educacional pública. Como não dispunha de recursos para frequentar um cursinho particular, aproveitou os livros da biblioteca, acessava provas antigas do ENEM e de concursos de vestibulares na internet e as dúvidas que surgiam, procurava esclarecê-las com os professores em sala de aula.

A dedicação desse aluno aos estudos certamente é verdadeira e a estrutura oferecida pelo CPMG também o é; entretanto, resta-nos refletir sobre os motivos pelos quais a estrutura dos colégios dirigidos pela Polícia Militar é superior à estrutura dos demais colégios da rede estadual de educação. Que razão subjaz a decisão do governo ao garantir melhor estrutura a estes colégios? Quanto ao nível dos professores, não existe nenhum dado objetivo que comprove tal superioridade, uma vez que os professores que atuam nos CPMGs são os

mesmos que atuam nas demais escolas da rede, são licenciados e passaram pelos mesmos concursos públicos. Pressupomos, portanto, que o bom desempenho dos alunos deve ser creditado aos próprios alunos e ao lugar ocupado por suas respectivas famílias na estrutura profundamente desigual de nossa sociedade. Pois, segundo Bourdieu (2001), os indivíduos das classes médias são conscientes de que sua ascensão só pode acontecer por meio de suas próprias privações e sacrifícios.

Para o autor, esta é uma dimensão fundamental do *ethos* e da ética ascética da pequena burguesia, pois os ricos não dependem da escola para ascender socialmente. A escola, portanto, desde o início, se apresentou às camadas médias da população como a grande esperança, a fórmula para sanar suas inseguranças quanto ao futuro. Daí que a moral da pequena burguesia considere desprezível tanto o comportamento dos burgueses para quem tudo parece muito fácil, quanto o descompromisso irresponsável dos pobres que não fazem da necessidade uma virtude. Evidentemente que para nós, não se trata de uma falta de vontade dos pobres, ocorre que prevalece uma distância entre as condições objetivas dos jovens das camadas populares e as possibilidades de socialização e inserção social oferecida pela escola.

A ideologia² da escola como instituição dotada de capacidade para mudar a vida das pessoas e incluí-las em um mundo de consumo material e espiritual, é reforçada pelo sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam do destino de miséria e fracasso coletivo reservados aos segmentos das classes trabalhadoras. A ascensão de alguns serve para dar uma aparência de legitimidade ao processo de seleção realizado pela escola. O sistema escolar confere às desigualdades culturais uma aprovação bem de acordo com os ideais democráticos e, ao mesmo tempo, oferece justificativa para as desigualdades sociais. Dessa forma, os CPMGs, ao mesmo tempo em que reprimem³ qualquer participação política de seus alunos em movimentos sociais, incentivam as ações filantrópicas, desde que tais ações se limitem a “ajudar” indivíduos e grupos que se encontram marginalizados e jamais questionar o que leva milhões e milhões de pessoas a sobreviverem de forma degradante na sociedade capitalista.

Nesse sentido, é emblemática a entrevista feita pela jornalista Kayte Profeta, do jornal “Diário da Manhã”, com o Diretor-comandante do CPMG Hugo de Carvalho Ramos:

² Para Marx e Engels (2007), ideologia é um conceito crítico que tem origem na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, pois com esta separação surgem os ideólogos que irão sistematizar a falsa consciência derivada das representações ilusórias da vida cotidiana, e dar-lhe coerência, formando assim a ideologia.

³ - “Provocar ou tomar parte, uniformizado ou estando no colégio, em manifestações de natureza política” (REGULAMENTO DISCIPLINAR, CPMG Hugo de Carvalho Ramos, Capítulo II, Art. 9º, § 48 e § 74, p. 7; 9).

Na manhã da última segunda-feira, o Colégio da Polícia Militar (CPMG) Hugo de Carvalho Ramos entregou mais de 22 toneladas de alimentos a 30 entidades filantrópicas. Os gêneros alimentícios foram doados pelos alunos e por suas famílias durante a 16ª. Edição dos jogos internos CPMG Hugo de Carvalho Ramos, que ocorreu entre os dias 13 e 28 de junho de 2014. [...]. O Diretor-comandante do Colégio, Tenente-coronel [...] enfatiza que “a sociedade vê que o Colégio da Polícia Militar tem se destacado nas áreas pedagógica e esportiva, porém entendemos que isso ainda é muito pouco, por se tratar de uma escola de formação de cidadãos participativos. Queremos transmitir para a população o trabalho que nossos alunos desenvolvem ajudando o próximo, nosso desejo é que todos os estudantes que saiam da escola se tornem profissionais que respeitem as pessoas carentes”. (KAYTE PROFETA, 2014, p. 5).

Por trás das aparências, o fenômeno filantrópico esconde o real sentido político da gestão, tanto da escola quanto do capitalismo contemporâneo. Por meio do incentivo ao desenvolvimento de ações dessa natureza, busca-se substituir o histórico potencial dos jovens em participar de movimentos em prol da transformação social por ações constituídas a partir de discursos sobre solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua. Essa modalidade setorialista e localizada de atendimento às demandas sociais tem como fundamento a focalização e a desconcentração das respostas a tais demandas, posto que ao invés das políticas públicas universais, a responsabilidade recai sobre os ombros dos próprios portadores de necessidades e os grupos de “generosos voluntários” que se dispõem a “socorrer” as vítimas da miséria, uma expressão da questão social, cuja origem reside na divisão social do trabalho, ou seja, em uma estrutura social nunca criticada pela mesma instituição que promove tais ações.

Subjazem as ações filantrópicas desenvolvidas pelos alunos do CPMG e divulgadas na mídia a ideologia da “ajuda” ao próximo, como ressaltou o Diretor-comandante do colégio, o desejo é que os estudantes saiam da escola e se tornem profissionais que respeitem as pessoas carentes. Porém, sem ultrapassar os limites da ordem estabelecida devendo prevalecer às relações de dominação. Como analisou Debord (2013, p. 137), “a ideologia é a base do pensamento de uma sociedade de classe no curso conflitante da história”. Para o autor, os fatos ideológicos nunca foram simples fantasias, mas a consciência deformada da realidade. E, o espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios de comunicação, incluindo os *sites* dos próprios colégios, a imprensa falada e escrita, divulgam notícias relacionadas com o sucesso alcançado pelos alunos dos Colégios da Polícia Militar, que abarcam desde atividades esportivas, vestibulares e provas do ENEM e IDEB, até concursos para escolher a garota e o garoto mais bonito da escola, como ocorreu em 2014 no Colégio Dr. Cesar Toledo, de Anápolis. Além disso, são amplamente divulgadas as ações filantrópicas realizadas pelos alunos do Colégio Hugo de Carvalho Ramos em Goiânia. Como refletiu Debord (2013), o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupa totalmente a vida social. Por isso, não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo.

Ora, a valorização pelos dirigentes e a consequente submissão dos docentes ao processo de “espetacularização” das atividades educativas ou meramente competitivas que se desenvolvem no interior destes colégios, representa mais um mecanismo de controle social. Trata-se de atitudes alienadas e ao mesmo tempo autoritárias, peculiares à sociedade capitalista.

Quanto às atividades específicas de ensino, tais como as notas alcançadas pelos alunos nos diversos institutos de avaliação, submetem-se todos à mesma lógica tecnicista, a qual, segundo Freitas (2012), se apresenta sob a forma de uma teoria da responsabilização, meritocracia e privatização, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes, na forma *standards* ou expectativas de aprendizagens, medidas em testes padronizados com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções advindas da psicologia behaviorista, sustentada pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas a condição de pilares da educação contemporânea. Para o autor, no centro deste neotecnicismo está a concepção de controle dos processos.

Já em relação aos concursos de beleza, competições esportivas, etc., tais eventos se assemelham, em conteúdo e forma, as características assumidas pela indústria cultural, cuja “estética teria se tornado uma barbárie, porque processam a moral degradada dos livros infantis do passado a fim de tornar público, indivíduos cada vez mais infantilizados” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 110). Na página da internet do Colégio Dr. Cesar Toledo, de Anápolis, foram disponibilizadas fotografias da aluna e do aluno vencedores do concurso de beleza em 2014. As imagens e os discursos sobre o evento evidenciam a total

integração da instituição ao mercado e confirma a análise de Adorno e Horkheimer (2006), segundo a qual, no contexto da industrialização moderna, a produção capitalista se mantém tão presa no corpo e na alma que os indivíduos sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALVES, C. “Exército e cultura escolar no Brasil do século XIX”. In: ALVES, C.; NEPOMUCENO, M. de A. **Militares e Educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ/QUARTET, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução: Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: 5ª. ed. Perspectiva, 2001.
CARONE, E. **A República Velha**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CUNHA, L. A. O legado da ditadura para a educação brasileira. **CEDES**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DURKHEIM, É. **A educação moral**. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS HUGO DE CARVALHO RAMOS.

Diferencial Pedagógico. Disponível em:

<<http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=menu/ocolegio/diferencilpedagogico.htm>>. Acesso em: 13/08/2013.

COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar de Goiás**. Disponível em:

<http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=regimento_interno.htm>. Acesso em: 13/08/2013.

COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Regulamento disciplinar do Colégio da Polícia Militar de Goiás**. Disponível

em:<http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=regulamento_disciplinar.htm>. Acesso em: 13/08/2013.

COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DR. CEZAR TOLEDO – Unidade Anápolis. **Vinte e cinco candidatos disputarão a final de Concurso de Beleza do Colégio Militar – Dr. Cezar Tol – 10/04/2014**. Disponível em:

<http://cpmganapolis.net/noticias_detalhe.asp?noticia_id=120> Acesso em: 05/05/2014.

FREITAS, Luis Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação. In: **Educ. Soc.** Campinas, v. 33, n.

119, p. 379-404, abr-jun. 2012. Disponível: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso: 19 ago. 2013.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: 12^a. ed. Livraria José Olympio Editora S.A., 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução: Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATHIAS, S. K. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação 1963-1990**. São Paulo: UNESP, 2004.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O poder, o socialismo**. Tradução: Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PROFETA, Kayte. 20 toneladas de alimentos a entidades filantrópicas: Colégio Hugo de Carvalho Ramos beneficia trinta instituições com os doativos arrecadados pelos alunos.

Diário da Manhã [on-line]. 02 jul. 2014. Disponível:

<<http://www.dm.com.br/jornal/#!/view?e=20140702&p=5http://www.dm.com.br/jornal/#!/view?e=20140702&p=5>>. Acesso: 2 jul. 2014.

PREDA, Cecília. As melhores escolas de Goiás: Colégios da Polícia Militar se destacam por bom desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. **Diário da Manhã** [on-line]. 16 ago. 2012. Disponível: <<http://www.dm.com.br/texto/48958>>. Acesso: 23 out. 2013.

PINHEIRO, V. “A política social como estratégia do Estado no enfrentamento da violência juvenil”. In: LAGO, M. P. do.; MOZZER, G. N. de S.; SANTIBANEZ, D. A. (Orgs.).

Adolescência: temores e saberes de uma sociedade de conflito. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6^a. ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

REGULAMENTO DE UNIFORMES do Colégio da Polícia Militar de Goiás. Disponível em: <http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=regulamento_uniformes.htm>.

Acesso: 13 ago. 2013.

SILVA, J. C. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, nº 16, p. 10-16, dez. 2014.

TRAGTENBERG, M. **Educação e burocracia**. Coleção Maurício Tragtenberg. Direção de Evaldo A. Vieira. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

TORRES, J. C. de O. **O Positivismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1957.

VIANA, N. **A Consciência da História**. Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Bolsa de Incentivo ao Pesquisador da Universidade Estadual de Goiás – PROBIP/UEG.